



### JORNAL O MONITOR: DEBATES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1876-1881)

Gleide Suelly Macedo dos Santos <sup>1</sup>

Mestra em História (UNEB)



<https://orcid.org/0009-0000-9297-829X>

Recebido em: 20 de janeiro de 2025

Aprovado em: 12 de maio de 2025

#### RESUMO

O objetivo desse trabalho é investigar no jornal *O Monitor* os debates sobre instrução pública na província da Bahia entre os anos de 1876 e 1881. Nesta pesquisa busco apontar como o jornal *O Monitor* se apropriou, e reelaborou para o campo de disputas políticas e sociais baianas, das discussões acerca da instrução/educação como mecanismos de transformação social, no intuito de mobilizar a opinião pública para as mudanças propostas pelos editorialistas desse periódico. *O Monitor* publicou em suas páginas matérias sobre obrigatoriedade escolar, conferências pedagógicas, casas escolares e sua higiene, a educação para os ingênuos, o ensino misto e, com relativa frequência, sobre as mudanças nos regulamentos para a instrução pública.

#### PALAVRAS-CHAVE

Instrução Pública; Imprensa baiana; *O Monitor*.

---

<sup>1</sup> Mestra em História pelo Programa Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGAEAFIN da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: [gleidemacedos@gmail.com](mailto:gleidemacedos@gmail.com).



### Introdução

O jornal *O Monitor*, periódico que fazia parte da grande imprensa da segunda metade do século XIX, a partir de 1876 participou dos debates sobre Educação e Instrução Popular e o papel do Governo Provincial. Este tema, se tornou central nos editoriais desse periódico baiano. À época, o que hoje compreendemos como educação formal ou institucional escolar era denominado de *Instrução*. Nesse texto, excerto de minha dissertação de mestrado<sup>2</sup> analiso como o jornal *O Monitor* se apropriou para o campo de disputas políticas e sociais da Bahia, das discussões acerca da instrução/educação como mecanismos de transformação social, no intuito de mobilizar a opinião pública para as mudanças propostas pelos editorialistas desse periódico.

O jornal soteropolitano *O Monitor* teve seu primeiro número veiculado no dia 01 de junho de 1876 e trazia, no primeiro editorial, o esboço do que passaria a defender durante seis anos de existência, em quase todas as suas edições: a relevância e a centralidade da instrução pública gratuita e obrigatória como centro de possíveis transformações sociais do Brasil, em rumo ao progresso material e civilizatório, conforme os ideais da época.

---

<sup>2</sup> SANTOS, Gleide Suely Macedo dos. “*O Monitor como janela: debates sobre instrução pública na província da Bahia, 1876-1881*”. (Dissertação de Mestrado) – Programa Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGAEAFIN, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.



A considerar que os anos de 1870 foram marcados por intensas transformações na sociedade brasileira e baiana, e, naquele contexto efervescente *O Monitor* fundado por Belarmino Barreto e pelo Desembargador Luiz Antônio Barbosa de Almeida, dissidentes do Partido Liberal, promoveu debates acalorados na imprensa soteropolitana.<sup>3</sup>

Para Gondra e Schueler<sup>4</sup> dentre as forças educativas que se relacionaram e pensaram a educação do século XIX a sociedade civil foi representada por homens ilustrados, que participavam de sociedades, academias, grêmios e associações literárias e científicas, e contou com imprensa periodista como um dos atores dessa rede de sociabilidade.

Essa imprensa periodista registrou diariamente nas páginas do jornal *O Monitor* os confrontos políticos, que de acordo com Tavares<sup>5</sup> correspondiam aos conflitos entre os grupos dos conservadores e dos liberais durante o Segundo Império. Naquele momento, a província da Bahia, tal como o Brasil em geral, vivenciou o bipartidarismo, com a alternância desses dois partidos políticos no poder.

---

<sup>3</sup> CARVALHO FILHO, Aloísio de. *O Jornalismo na Bahia: 1875-1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005, p.56.

<sup>4</sup> GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. Biblioteca básica da história da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008. p.62.

<sup>5</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11.ed. ver e ampl. São Paulo; Salvador: Ed. da UNESP; EDUFBA, 2008, p. 277.



Segundo Carvalho<sup>6</sup> liberais e conservadores frequentemente trocavam de posições, demonstrando que a política no Brasil era guiada pela necessidade de manter a ordem social e econômica, em vez de uma disputa baseada em princípios ideológicos sólidos.

O contexto que permitiria tal cobrança nessa década contava com múltiplas frentes de fenômenos sociais relevantes, que contribuíram para uma maior investidura da imprensa, especialmente a que fazia oposição aos governos conservadores. De acordo com Wildberger<sup>7</sup> vale registrar que desde 1868, no governo do ultraconservador Francisco Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço, até início de 1878, quando Henrique Pereira de Lucena deixou o governo, a província da Bahia esteve sob a direção de presidentes pertencentes as Partido Conservador.

### A defesa da Instrução Pública em O Monitor

As O editorial do primeiro número de *O Monitor* indicava como urgências as “[...] necessidades da instrução, sobretudo, elementar” apontando como a sua “[...] falta que muito há concorrido para que o direito individual não se tenha sido compreendido e apreciado, e os governos se precipitem nos desvarios do triumpho por entre fracas resistencias.”<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>7</sup> WILDBERGER, Arnold. *Os Presidentes da Província da Bahia*. Bahia: Tipografia Beneditina LTDA, 1949.

<sup>8</sup> O MONITOR, *O Monitor*, Salvador, 01 jun. 1876, n. 0001, p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00001.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00001.pdf). Acesso em: 01 de abr. 2023.



Na defesa da assunção da Instrução Pública - e gratuita- como dever do governo provincial o jornal *O Monitor* não se furtava em emitir diretamente críticas às lideranças políticas locais que, na interpretação de seus editorialistas, pouco se ocupavam em desenvolvê-la, convocando seus leitores ao exercício da crítica e da compreensão da situação de apatia por conveniência das esferas governamentais.

Segundo Brito e Vinagre, o jornal *O Monitor* estava interessado em mobilizar grupos de leitores para lhes comunicar suas convicções políticas, ideais, anseios, críticas e posicionamentos - enquanto dissidência do partido Liberal baiano - em relação às diversas instituições, sujeitos e movimentos atuantes na sociedade baiana do final do século XIX, inclusive as referentes à instrução pública e a educação moral, se tornando, para os historiadores da educação:

[...] uma fonte privilegiada que, durante o curto espaço de sua existência, [e que] não apenas registrou uma parte considerável da discussão e dos encaminhamentos sobre a obrigatoriedade escolar na Bahia, como também permitiu identificar e discutir com sujeitos envolvidos na produção e circulação de concepções, de valores e de posicionamentos políticos apresentados sobre a obrigatoriedade escolar, temática importante para a história da educação na Bahia.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> BRITO, Gilmário M.; VINAGRE, Shirley. “Discussões sobre a implantação da obrigatoriedade da educação escolar na Bahia nos jornais *O Correio da Bahia* e *O Monitor* de 1876 a 1881”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.18, p. e029, 1 out. 2018, p.05. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/cyrR89FTC3WvHjz7Ov6344k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.



Além das discussões sobre obrigatoriedade escolar, tema pesquisado na dissertação do mestrado por Vinagre<sup>10</sup>, o jornal *O Monitor* também publicou em suas páginas matérias sobre as conferências pedagógicas, as casas escolares e sua higiene<sup>11</sup>, a educação para os ingênuos, o ensino misto e, com relativa frequência, sobre as mudanças nos regulamentos para a instrução pública.

Segundo José Gondra e Alessandra Schuler<sup>12</sup> na segunda metade do século XIX o duplo tema “Educação/Instrução” permeou os debates entre os intelectuais, políticos e cidadãos no Brasil, considerado como um fator de desenvolvimento e progresso da sociedade, logo um elemento vital para um futuro promissor da nação. O bom êxito desse binômio era visto como uma maneira de superar os problemas socioeconômicos - quiçá herdados do período colonial - assim como as mazelas escravistas que ainda se arrastavam no final do século XIX.

A julgar as recorrentes cobranças de *O Monitor* em relação ao desenvolvimento de sistemas formais e efetivos de instrução pública na Província da Bahia, ao longo de quase seis anos, é interessante considerar a análise de Claudia Ramos para a província de São Paulo

[...] faz-se necessária a relativização do papel e do lugar do Estado, pois a sua presença não apenas era muito pequena e pulverizada como, algumas vezes, foi considerada perniciosa para a educação. Há que se considerar, também, que nem mesmo a própria escola tinha um lugar social de destaque. Foi preciso, lentamente, afirmar a presença

---

<sup>10</sup> VINAGRE, Shirley Alves da Silva. *A obrigatoriedade Escolar na Bahia (1870-1889)*. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

<sup>11</sup> SOUSA, Ione Celeste. J. de. (2023). “Carteiras escolares na cultura material escolar da instrução baiana”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 23(1), e272. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e272>.

<sup>12</sup> GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. Biblioteca básica da história da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008.



do Estado nessa área e, também, produzir, aos poucos, a centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações.<sup>13</sup>

Ione Sousa<sup>14</sup> ao investigar a constituição de uma Cultura Escolar na província da Bahia via as experiências de escolarização de parcelas do povo, incluindo ingênuos, presos e trabalhadores para os quais foram criadas aulas e escolas noturnas, indica que os caminhos percorridos e definidos pelos poderes da administração provincial, a partir de 1850, foram de

[...] ações para formação de um trabalhador nacional. Neste esforço, a instrução elementar foi tomada como essencial, e por isso devia ser pública. Aliada a esta instrução prática os discursos elegeram a importância da educação moral, que permitiria formar um trabalhador não apenas apto nas habilidades e ofícios, mas também moldado à obediência ao patrão, ao Estado, à Pátria, religioso e *moralizado*.<sup>15</sup>

Em consonância ao discutido por essa autora, é perceptível na leitura de editoriais de *O Monitor* o frisar nas questões moralizadoras da Educação, o enaltecer do papel civilizatório, edificante e norteador do trabalho e da educação moral, em consonância com a Instrução. Era um discurso que unia diferentes segmentos da sociedade baiana, com diversas tinturas políticas, evidentes em diversas fontes como na documentação utilizada por Sousa<sup>16</sup> que, na sua interpretação, serviram de base para a construção e desenvolvimento das aulas e escolas públicas na província da Bahia. Segundo essa historiadora “[...] as escolas para adultos, eram em sua

---

<sup>13</sup> RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. *A escravidão, a educação da criança negra e a lei do ventre livre (1871): a pedagogia da escravidão*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [S.n.], 2008, p.104.

<sup>14</sup> SOUSA, Ione Celeste J. de. “*Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*”. (Tese de Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 309.

<sup>15</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>16</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 119.



esmagadora maioria noturnas. Também escolas nas prisões, visando preparar a mão de obra dos detentos para ser usada durante e após a sua reclusão. O discurso era do trabalho como regenerador moral e ressocializador.”<sup>17</sup>

Sobre esse período, Gondra e Schueler<sup>18</sup> apontam as diferentes experiências e iniciativas de instrução e as formas de educação institucionalizada e não institucionalizada, que compuseram as experiências educativas a partir do processo de construção do Estado brasileiro entre 1822-1824. Esses autores indicam quais forças educativas – o Estado, a ação religiosa e a ação dos homens ilustrados – enquanto tensões distintas que atuaram, ora convergindo e ora discordando, em prol de projetos e iniciativas de caráter educativo que foram tentadas no Império.

Naquele contexto do último quartel do século XIX, o periódico *O Monitor* publicou no dia 08 de agosto de 1876 uma matéria intitulada “Instrução Publica” na qual o editorialista do se referia a “instrução geral do povo”, defendendo que “[...] é incontestável a vantagem que a instrução publica dada aos indivíduos: o homem instruído há de sempre valer mais que aqueles que não o forem. Ora, a instrução, principalmente a elementar, a primaria, torna-se destarte uma coisa indispensável.”<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>18</sup> GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. Biblioteca básica da história da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008, p.41.

<sup>19</sup> INSTRUCÇÃO Publica. *O Monitor*, Salvador, 8 ago. 1876, ed. 00055, p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00055.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00055.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.



Outrossim, na edição de número cinquenta e cinco, a matéria apresentava uma leitura que pode ser considerada comum aos libelos da modernidade sobre a importância da educação, uma argumentação normalmente relacionada com o progresso.

O editorialista, provavelmente Belarmino Barbosa, continuou, baseado em informação do próprio relatório da diretoria de Instrução Pública sobre o percentual da população alfabetizada: “[...] pois bem; neste país vai a instrução n’um atraso deplorável. Quem diria? Oito décimos da população não sabem ler e nem escrever. Primeiramente entende-se que a instrução geral do povo é um dever do governo.”<sup>20</sup> Para ele o “[...] governo deve instruir o povo, abrir-lhe escolas, preparar bons mestres; e deve fazer isto, porque deve o governo fazer tudo quanto concorre para o bem público, e nada concorre tanto para o bem como a instrução”.<sup>21</sup>

Ainda nesta mesma edição do jornal, o editorial defendeu a liberdade de ensino, a instrução primária, obrigatória e gratuita, as escolas primárias a cargo das câmaras, destacando que “[...] convém ainda tornar saliente que nosso partido tem como empenho, despertar em todos os cidadãos o dever de contribuir quanto esteja em suas forças para o desenvolvimento da instrução pública.”<sup>22</sup>

De acordo com Brito e Vinagre<sup>23</sup>, os editorialistas do jornal *O Monitor* elegeram a instrução da população como uma necessidade a ser provida pelo governo da província e indicou

---

<sup>20</sup> INSTRUCÇÃO Publica. *O Monitor*, Salvador, 8 ago. 1876, ed. 00055, p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00055.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00055.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> BRITO, Gilmário M.; VINAGRE, Shirley. “Discussões sobre a implantação da obrigatoriedade da educação escolar na Bahia nos jornais *O Correio da Bahia* e *O Monitor* de 1876 a 1881.” *Revista Brasileira de História da*



os princípios norteadores de sua proposta, quais fossem: liberdade de ensino, instrução primária, obrigatória e gratuita e escolas públicas primárias a cargo das Câmaras. Em levantamento das edições de *O Monitor*, no período de sua circulação, elaborei esse Quadro com dezessete (17) editoriais com a temática da Instrução Pública e as reformas que sofreu no período de 1870 a 1881.

*Quadro 1 - Detalhes e dados sobre a distribuição das matérias sobre Instrução Pública em O Monitor*

Nº	Ano/Data	Edição	Página	Assunto	Coluna
1.	08/08/1876	55	1	Instrução Pública	Editorial
2.	18/08/1876	63	1	Instrução Pública	Editorial
3.	25/08/1876	69	1	Instrução Pública	Editorial
4.	28/09/1876	96	1	Uma promessa constitucional	Editorial
5.	16/03/1877	00231(1)	1	A verdade na instrução pública	Editorial
6.	22/03/1877	00236(1)	1	O estado da instrução pública entre nós	Editorial
7.	05/12/1877	00155(1)	1	A reforma da Instrução Pública	Editorial
8.	26/01/1878	00196(1)	1	A situação das províncias	Editorial
9.	21/02/1878	00217(1)	1	A sorte dos ingênuos	Editorial
10.	03/03/1878	00226(1)	1	A reforma da instrução pública	Editorial
11.	14/04/1878	00261(2)	1	Uma reforma anulada	Editorial, coluna 2

Educação, v.18, p. e029, 1 out. 2018, p.28-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhc/a/cyrR89FTC3WvHjz7Ov6344k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.



12.	17/04/1878	00263(1)	1	A revogação das “disposições provisórias”	Editorial, coluna 3
11.	21/04/1878	00265(2)	1	As disposições provisórias da instrução publica	Editorial, coluna 2
12.	29/8/1878	00072(1)	1	A Assembléa e a instrução publica	Editorial
13.	15/09/1880	00082(1)	1	A Reforma da instrução publica	Editorial
14.	29/03/1881	00238(1)	1	A instrução publica e seus reformadores	Editorial
15.	28/06/1881	00021(1)	1	Conferencias e memorias pedagógicas	Editorial

**Referência:** Arquivo da Biblioteca Nacional Digital: Jornal **O Monitor**, diversas edições entre os anos de 1876 à 1881, Salvador. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> , acesso em:

07 jul. 2023.

Nas matérias publicadas pelo *O Monitor* a educação era entendida como instrumento e ferramenta da formação de melhores cidadãos, e por isso a constante cobrança das esferas políticas na sua garantia.



### A Província Baiana na década de 1870 e as Reformas de Instrução

Marcos Vaz Sampaio<sup>24</sup>, para as décadas de 1860 e 1870, argumenta que a província da Bahia encarou na sua economia altas e baixas em suas produções fumageiras e açucareiras em virtude das demandas oriundas da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), e da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Segundo esse autor, a reflexão sobre essa situação econômica permeava todas as discussões e debates na imprensa, acrescida da crise enfrentada devido as secas que castigaram a província, provocando a carestia dos alimentos e o aumento da dívida da província. Essa situação impactava diretamente o desenvolvimento econômico, na baixa atração de investimentos em todos os setores da sociedade, repercutindo nos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado, dentre aqueles, a instrução pública.

Sobre essa questão da instrução pública, ainda no seu primeiro ano, 1876, *O Monitor* teceu duras críticas em relação à administração do então presidente da província da Bahia, o Sr. Luís Antonio da Silva Nunes, político conservador gaúcho que governou a província de 16 de agosto de 1875 a 05 de fevereiro de 1877, considerando-a lastimável.

De acordo com a matéria “O estado da província”, o serviço público no geral enfrentava dificuldades. Segundo o editorialista “[...] não há um ramo, um só ao menos, do serviço publico,

---

<sup>24</sup> SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. “As guerras dos anos 1860 e a recuperação econômica da Província da Bahia.” *Revista Crítica Histórica*, v. X, p. 275-297, 2019.



que não inspire compaixão, nem que desperte lastima.”<sup>25</sup> A matéria listou os três principais pontos que considerava merecer atenção especial dos legisladores – a saúde, a instrução e a riqueza pública.

Tratando especificamente da instrução pública, tendo como base dados do próprio relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública, anexo à Falla do Presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia do ano de 1875, registrou que das 255.403 crianças alunos em idade escolar, somente 18.734 frequentavam as aulas de primeiras letras, considerando desanimador o estado da instrução, dados também publicados no jornal.<sup>26</sup>

Na edição de 23 de junho de 1876, ainda no primeiro mês de sua circulação, o editorial tinha como título “As Reformas”, com a afirmação que a situação em que se encontrava a nação não era favorável. Ainda nessa mesma publicação o editorialista escreveu que a agricultura, fonte principal da riqueza “[...] enlanguece, ainda nas províncias que contam com mais recursos. Sem braços, sem capitais, sem instrução, onerada de dividas [...] os braços escravos com que se alimentava vão-lhe progressivamente faltando [...]”.<sup>27</sup>

Continuando na defesa da instrução pública, o editorial “Uma promessa constitucional”<sup>28</sup>, do referido jornal, em 28 de setembro de 1876 informou o alto percentual de

---

<sup>25</sup> O ESTADO da província. *O Monitor*, Salvador, 14 jun. 1876, n.0012, p.1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00012.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00012.pdf). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>26</sup> *Idem*.

<sup>27</sup> AS REFORMAS. *O Monitor*, Salvador, 23 jun. 1876, n. 00019, p.1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00019.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00019.pdf). Acesso em : 07 abr. 2023.

<sup>28</sup> UMA PROMESSA constitucional. *O Monitor*, Salvador, 28 set. 1876, n. 00096, p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1876\\_00096.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1876_00096.pdf). Acesso em: 09 de abr. 2023.



peçoas que não foram devidamente alfabetizadas fazendo referência ao artigo 179, §32, da carta outorgada de 1824, que garantia a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Para os editorialistas de *O Monitor* essa promessa e garantia até aquele momento ainda não se materializara.

Para compreender essa ênfase na defesa da Instrução Pública como atributo do estado, na década de 1870, foi importante dialogar com o trabalho de Cinthya Greive Veiga<sup>29</sup> quanto a função da escola e da escolarização pública no mundo Ocidental, a partir do Século XVII. Naquele momento, passou a ser um projeto de promoção de ações do estado no processo formativo dos cidadãos. Veiga considera ainda que se tratando especificamente das nações recém-emancipadas do século XIX, é preciso um acréscimo analítico sobre a constituição das nacionalidades; sobre a escola como forma de civilizar os grupos vistos pelas elites como impeditivos da coesão social brasileira. Sua análise evidenciou que a escola pública elementar do Império brasileiro foi essencialmente destinada às crianças pobres, negras e mestiças e parte de um amplo, ainda que não unitário, projeto civilizatório.

Esse projeto para a Bahia provincial é em parte perceptível nos editoriais de *O Monitor*. Assim, a partir de fevereiro de 1878, surgiram no jornal matérias que evidenciam expectativas dos seus editorialistas quanto a ascensão do Partido Liberal ao poder<sup>30</sup>, afastado dez anos da

---

<sup>29</sup> VEIGA, Cynthia Greive. “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial.” *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 502-516, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMsSgtQq6SKHTG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2022.

<sup>30</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11.ed. ver e ampl. São Paulo; Salvador: Ed. da UNESP; EDUFBA, 2008, p. 277.



administração da província. Assim, noticiou a chegada do Sr. Barão Homem de Mello, descrevendo-o, esperançosamente, como o messias reformador da Instrução Pública. Seu ato de posse foi descrito como sendo uma de “[...] concurrencia immensa dos mais importantes e respeitaveis cidadãos de todas as classes, que assistiram aquelle acto, bem demonstra que cada vez mais se aprofundam no espirito da população as sympathias e as esperanças que tinha feito nascer a nomeação de S. Ex.”<sup>31</sup>

Contudo, o tom de cobrança de *O Monitor* não se esvaíra e colocou para Homem de Mello resoluções rápidas ante “[...] a gravidade da missão confiada pelo governo imperial á pericia e ao patriotismo do novo administrador” e que se ocupasse em “[...] desenvolver no espirito publico a iniciativa individual, o amor ao trabalho e á *instrucção*”. Destacou que a transformação dependia, sobretudo, do “[...] derramar a mãos cheias a instrucção da infância, creando o que não temos neste importante ramo do serviço - pessoal habilitado, casas próprias, methodos modernos, fiscalisação rigorosa.”<sup>32</sup>

As reformas de instrução sancionadas nas últimas décadas do século XIX pela Assembleia Legislativa Provincial da Bahia responderam tanto à tendência conservadora, quanto à tendência liberal, correspondentes aos interesses do período de governo em cada exercício, a fim de apresentar soluções para o problema da instrução que se abatia sobre a província.

---

<sup>31</sup> A POSSE do novo administrador. *O Monitor*, Salvador, 26 fev. 1878, n. 0221, p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1878\\_00221.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1878_00221.pdf). Acesso em: 20 de abr. 2023.

<sup>32</sup> *Idem*.



O jornal *O Monitor* veiculou matérias que discutiam e provocavam seus leitores sobre a questão da instrução pública da província da Bahia, argumentando suas críticas à luz dos atos, resoluções e regulamentos que sancionaram as Reformas da instrução deste período, mas que na prática, segundo muito de suas análises, não provocaram mudanças efetivas na estrutura da instrução, pois os dados revelados nos relatórios da província indicavam a preocupação quanto ao número de almas fora dos espaços escolares, e os jornais denunciavam o alto índice de analfabetos.

Sobre o analfabetismo persistente no Brasil de fins do sec. XIX, de acordo com as análises formuladas por Cynthia Greive Veiga cabe considerar elementos centrais na compreensão da relação entre a escolarização e o estado: “[...] a presença reiterada do discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governamentais; as precárias condições de funcionamento das escolas públicas de maneira geral; e o alto índice de analfabetismo em fins do século XIX”<sup>33</sup> eram, sobretudo os dois últimos, motivos de sobra para explicar o desinteresse das populações pela instrução.

Dentre os temas que compunham a discussão sobre a instrução pública no jornal *O Monitor*, Vinagre<sup>34</sup> dissertou sobre três regulamentos sancionados entre as décadas de 70 e 80.

---

<sup>33</sup> VEIGA, Cynthia Greive. “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 503, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMSgtQq6SKHTG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2022.

<sup>34</sup> VINAGRE, Shirley Alves da Silva. *A obrigatoriedade Escolar na Bahia (1870-1889)*. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014, p. 24.



O primeiro, o de 4 de março de 1870, sancionado pelo conservador Barão de São Lourenço. O segundo, o de 27 de setembro de 1873, que só foi promulgado em 1875, sancionado pelo vice-presidente José Eduardo Freire de Carvalho, e o terceiro, o de 5 de janeiro de 1881, sancionado pelo liberal Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, que permaneceu vigente até o final do Império.

Em 04 de agosto de 1877, *O Monitor* discute algumas questões centrais na matéria A Reforma da Instrução Pública<sup>35</sup> e aproveita para pontuar e precisar seu posicionamento em relação às mudanças no sistema de educação vigente. O editorial do jornal assume uma postura crítica. Com observação da probabilidade de acontecer algo contrário ao que se desejava na realização da reforma.

A crítica assenta-se na questão central da prestação de serviços de instrução. Ataca-se as constantes mudanças e ao fato de se afetar diretamente a constância e continuidade da prestação.

Assim, em tal assumpto nada há estavel. Para citar só um exemplo, em 1869 o Regulamento Organico prohibia a liberdade do ensino; em 1870 a reforma do Barão de S. Lourenço a concedia. Em 1873 o Regulamento Geral cerceou de novo aquella liberdade, que em 1875 a Assembléa restabeleceu.

Quando em um paiz fluctua o ensino nessas variedades do direito, quando um dia abrem-se escolas que a lei manda fechar no outro, para no dia seguinte terem de novo o direito de se abrir, essa instabilidade não pode deixar de trazer grandes abalos ao publico serviço.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> A REFORMA da Instrução Publica. *O Monitor*, Salvador, 04 ago. 1877, n. 0054(1), p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.br/pdf/704008/per704008\\_1877\\_00054.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/704008/per704008_1877_00054.pdf). Acesso em: 05 de abr. 2023.

<sup>36</sup> A REFORMA da Instrução Publica. *O Monitor*, Salvador, 04 ago. 1877, n. 0054(1), p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.br/pdf/704008/per704008\\_1877\\_00054.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/704008/per704008_1877_00054.pdf). Acesso em: 05 de abr. 2023.



As observações também consideram o fato de que uma reforma irrefletida e súbita possa trazer efeitos inesperados e novas suspensões da prestação do serviço dadas as irregularidades e problemas percebidos quando de sua aplicação pós-reforma. Assim, o jornal sugere, em tom solene, que as autoridades “[...] provejam aos males e defeitos de que nos queixamos, é também certo que uma reforma profunda e radical, que desrespeite direitos adquiridos e ofenda hábitos creados, em vez de bem que se espera não trará senão perturbações [...]”<sup>37</sup>, portanto, no julgamento do jornalista a reforma será mais maléfica que benéfica e ainda causará perturbações ao que se deseja estabelecer e nas formas de aplicar a instrução pública.

Em apontar razões pelas quais uma nova reforma fosse talvez indesejada, *O Monitor* lança a reflexão que propõe pensar como as diversas alterações anteriores não venham a sugerir a reforma futura da reforma do ano de 1877 e de que modo pode-se estabilizar-se o sistema de ensino diante de tantas incertezas;

Assim como em 1873 reformen-se a legislação de 1870, e em 1875 a de 1873, e em 1877 vae se reformar a de 1875, não só nos pontos para que especialmente chama a administração cuidados dos commissarios, mas em todas as disposições do regulamento vigente da instrucção publica primaria, não poderá amanhã ser reformada a nova reforma?

E nesta incerteza quem quererá abraçar uma carreira em que todos os direitos estão sujeitos ao capricho do governo, que neste paiz tanto ama o arbitrio?<sup>38</sup>

Para *O Monitor*, havia uma certa problemática nas mudanças constantes e alterações jurídicas que ora firmavam um formato e estrutura, ora se desfaziam de tudo que estava posto e

---

<sup>37</sup> *Idem.*

<sup>38</sup> *Idem.*



reformavam as características gerais de funcionamento da instrução pública. Em seus termos, o “estado de incerteza é por extremo prejudicial ao ensino publico, já tão prejudicado com as continuas remoções e licenças dos professores, não contando com as que elles tomam por suas próprias mãos”.<sup>39</sup> O resultado das mudanças traduz-se em perdas significativas da administração da província que “assaltada por *empenhos*, não tem a liberdade necessaria para fazer o bem”<sup>40</sup> por estar demasiadamente implicada com os favores e trocas políticas à qual ela está vinculada e submetida.

### Considerações finais

“Quanto mais muda, mas permanece o mesmo” essa é a tradução em português da frase que finalizou a matéria publicada no editorial de 03 de março de 1878<sup>41</sup>, na qual o editorialista do jornal *O Monitor* comparou a instrução pública, daquele momento, que foi dito por Affonso Karr<sup>42</sup> sobre a política da França. Muitas mudanças ao longo do período, mas pouca efetividade, especialmente ao que se refere a instrução pública baiana.

---

<sup>39</sup> A REFORMA da Instrução Publica. *O Monitor*, Salvador, 15 set. 1880, n. 00082 (1), p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1880\\_00082.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1880_00082.pdf). Acesso em: 12 de abr. 2023.

<sup>40</sup> A REFORMA da Instrução Publica. *O Monitor*, Salvador, 15 set. 1880, n. 00082 (1), p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1880\\_00082.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1880_00082.pdf). Acesso em: 12 de abr. 2023.

<sup>41</sup> AS REFORMAS da instrução publica. *O Monitor*, Salvador, 03 mar. 1878, n. 00226(1), p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008\\_1878\\_00226.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704008/per704008_1878_00226.pdf). Acesso em 02 abr. 2023.

<sup>42</sup> De acordo com o texto publicado por José de Alencar, Afonso Karr foi um escritor francês do século XIX. Ver: ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>. Acesso em: 29 fev.2024.



A leitura dos editoriais permite considerar que o jornal *O Monitor* foi um veículo de publicação de artigos jornalísticos de oposição e críticas as ações do governo da província da Bahia no século XIX, com presidentes majoritariamente do partido conservador, entre 1876 e 1881, e que desempenhou um papel significativo nos debates sobre a instrução pública e quanto as reformas educacionais ocorridas no período- 1870 e 1881. Considero que o periódico serviu como um meio para a expressão de ideias e críticas relacionadas à Instrução Pública e a educação, articulando-as à política da época, representando frequentemente a perspectiva do partido liberal, ainda que seus membros fossem uma ala dissidente.

É importante destacar a relevância histórica do jornal *O Monitor* destacando seu papel como um meio de comunicação que não apenas refletia, mas também estimulava a opinião pública e os debates sobre as ações educacionais entre 1876 e 1881, período de atuação do jornal. Também vale ressaltar a contribuição que o jornal concedeu para a discussão sobre à instrução pública e para o debate sobre as reformas educacionais e políticas, evidenciando a importância da imprensa no cenário histórico.

Considero que *O Monitor*, mais do que um mero periódico, emergiu como um palco vital sobre o discurso educacional, catalisando propostas de reformas e disseminando uma consciência coletiva sobre as questões inerentes à instrução como pilar da liberdade e desenvolvimento social. Através das páginas do jornal *O Monitor*, pude perceber o poder que a palavra impressa tinha (e ainda tem) ao transcender o papel físico e se difundir na vida social e política, inspirando uma visão de futuro no qual a educação se projetava como o alicerce da nação. As tensões políticas entre conservadores e liberais refletiram-se nas discussões sobre



educação, e o jornal *O Monitor* ofereceu propostas para o incremento do sistema educacional pensado àquela altura.